

Dr. RUY MARTINS ALTENFELDER SILVA
Dr. MICHAEL PAUL ZEITLIN
Dr. FERNANDO MAIDA DALL'ACQUA
Dr. GUILHERME AUGUSTO CIRNE DE TOLEDO
Dra. MÁRCIA JUNQUEIRA SALLOWICZ ZANOTTI
Dr. MÁRIO ENGLER PINTO JUNIOR
Dra. ROSINA MARIA EUZÉBIO STERN
Dra. MARIA CHRISTINA TIBIRIÇÁ BAHBOUT
Dr. ZEVI KANN
Dr. JOÃO GILBERTO MAZZON
Dr. DILSON SUPPLY FUNARO
Dr. FERNANDO CARVALHO BRAGA
Dra. MIRNA AYRES ISSA GONÇALVES

Ata da Centésima Décima Terceira Reunião do Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização, instituído por força da Lei Estadual 9.361, de 5-7-96

Aos dez dias do mês de novembro de um mil novecentos e noventa e nove, às nove horas e trinta minutos, no Salão dos Conselhos, no primeiro andar do Palácio dos Bandeirantes, foi realizada a centésima décima terceira reunião do Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização, instituído por força da Lei Estadual n.º 9.361, de 05.07.96, tendo como Presidente o Senhor Vice-Governador, Dr. GERALDO ALCKMIN FILHO, como Vice-Presidente o Secretário de Economia e Planejamento, Dr. ANDRÉ FRANCO MONTORO FILHO, e como membros presentes os Senhores, Dr. ANTONIO IGNÁCIO ANGARITA FERREIRA DA SILVA, Secretário do Governo e Gestão Estratégica, Dr. MAURO GUILHERME JARDIM ARCE, Secretário de Energia, Dr. MÁRCIO SOTELLO FELIPPE, Procurador Geral do Estado e como convidados, os Senhores, Dr. MICHAEL PAUL ZEITLIN, Secretário dos Transportes, Dr. FERNANDO MAIDA DALL'ACQUA, Secretário Adjunto da Fazenda, Dra. MÁRCIA JUNQUEIRA SALLOWICZ ZANOTTI, Procuradora Geral do Estado Adjunta, Dr. MÁRIO ENGLER PINTO JUNIOR, Dra. ROSINA MARIA EUZÉBIO STERN e Dra. SÍLVIA HELENA NOGUEIRA NASCIMENTO Procuradores do Estado, Dra. MARIA CHRISTINA TIBIRIÇÁ BAHBOUT, Subprocuradora Geral da Área de Consultoria, Dr. DILSON SUPPLY FUNARO, Assessor de Gabinete da Secretaria dos Transportes, Dr. DARIO RAIS LOPES, Superintendente do Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo - DAESP, Dr. JOSÉ AMÉRICO ROQUE RUBIANO, Secretário de Planejamento e Gestão Ambiental da Prefeitura de Ribeirão Preto, Dr. GERSON EDSON FERREIRA FILHO, Coordenador da Unidade de Gestão Estratégica, Dr. FERNANDO CARVALHO BRAGA, Secretário Técnico e Executivo deste Conselho e Dra. MIRNA AYRES ISSA GONÇALVES, Assessora Técnica de Gabinete da Secretaria de Economia e Planejamento, bem como o Coordenador e Técnicos que integram a Comissão de Concessões Rodoviárias da Secretaria dos Transportes e o DAESP. Iniciando a reunião, o Senhor Presidente do Conselho passa a palavra ao Senhor Secretário dos Transportes que, por sua vez, solicita ao Senhor Superintendente do DAESP, que proceda à exposição sobre os trabalhos que tem sido desenvolvidos com o objetivo de implantar um sistema de transporte aéreo com operação multimodal, para atender à demanda do Interior de São Paulo. O Senhor Superintendente do DAESP comunica, inicialmente, que, de acordo com as conclusões de estudo elaborado em cooperação com a Agência de Desenvolvimento Tietê-Paraná - ADTP, existe viabilidade técnica e econômica para ampliação e mudança do perfil operacional do Aeroporto Leite Lopes, de Ribeirão Preto, bem como de sua exploração pela iniciativa privada. Informa que o Aeroporto ocupa uma área de 159,30 ha e movimenta (dados correspondentes ao período janeiro/setembro de 1999) cerca de 345 mil passageiros e 902 mil kg de carga aérea, em aeronaves do tipo Fokker 100 e Boeing 737-500. Acrescenta, ainda, que a expansão das operações para o atendimento, tanto de vôos domésticos como de internacionais, envolve recursos para investimentos que serão aplicados, principalmente, na desapropriação de áreas contíguas ao Aeroporto e na ampliação dos terminais de passageiros e de cargas, dos pátios para aeronaves cargueiras e das pistas de pouso e taxi, de modo a permitir a movimentação de aeronaves maiores. Em termos de procedimentos de gestão e de atribuição de responsabilidades esclarece que o Sistema de Monitoramento do vôo é feito pela Infraero; a partir do pouso da aeronave a autoridade passa a ser do DAESP; ambos sob a administração e controle do Departamento de Aviação Civil - DAC, do Ministério da Aeronáutica. O Senhor Secretário de Planejamento de Ribeirão Preto pede a palavra para registrar o grande interesse que a Municipalidade tem nessa questão e comunicar que as discussões sobre uma eventual ampliação do Aeroporto, já suscitaram consultas à Prefeitura acerca da possibilidade de instalação de plantas industriais, para produtos de alto valor agregado, em áreas próximas ao Aeroporto. Após debate e observada a complexidade do tema, é aprovada, pelos Senhores Membros do Conselho Diretor do PED, a sugestão do Senhor Presidente do Conselho de que seja constituído um grupo de trabalho, com a participação de representantes do PED, da PGE, do DAESP, da Comissão de Transportes Rodoviários e da Prefeitura de Ribeirão Preto, com o objetivo de aprofundar os estudos econômico-financeiros, resolver questões de natureza jurídica e institucional, especialmente de interface com outros órgãos e identificar, se for o caso, a modalidade mais adequada de transferência desses serviços para a iniciativa privada. Na sequência, o Senhor Presidente do Conselho solicita, aos membros da Comissão de Concessão de Transportes Rodoviários que apresentem as informações sobre o andamento das obras de duplicação da Rodovia Raposo Tavares, como parte dos investimentos previstos para serem realizados no Lote 12 - Sistema Castello Branco/Raposo Tavares, concedido à empresa Viaeste, através de Contrato assinado em 30/03/98. Os técnicos da Comissão de Transportes Rodoviários mostram, em sua exposição, que o projeto encontra-se em fase de obtenção das autorizações necessárias referentes aos impactos ambientais relacionados ao empreendimento. Observam, tam-

bém, que a Concessionária já obteve, da Secretaria do Meio Ambiente, a Licença Prévia para a duplicação do trecho Sorocaba-Araçoiaba da Serra e da interligação Castelinho-Raposo Tavares, emitida em 09/03/99. Quanto ao trecho compreendido entre os quilômetros 31 (Cotia) e 115,5 (Araçoiaba da Serra), informam que a Concessionária aguarda a aprovação da Secretaria do Meio Ambiente do Termo de Referência para a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), etapa indispensável à obtenção das licenças ambientais. Nada mais havendo no momento a ser discutido, o Senhor Presidente do Conselho deu a presente reunião por encerrada, sendo lavrada esta ata que lida e achada conforme segue assinada pelos presentes.

Dr. GERALDO ALCKMIN FILHO
Dr. ANDRÉ FRANCO MONTORO FILHO
Dr. ANTONIO IGNÁCIO ANGARITA FERREIRA DA SILVA
Dr. MAURO GUILHERME JARDIM ARCE
Dr. MÁRCIO SOTELLO FELIPPE
Dr. MICHAEL PAUL ZEITLIN
Dr. FERNANDO MAIDA DALL'ACQUA
Dra. MÁRCIA JUNQUEIRA SALLOWICZ ZANOTTI
Dr. MÁRIO ENGLER PINTO JUNIOR
Dra. ROSINA MARIA EUZÉBIO STERN
Dra. SÍLVIA HELENA NOGUEIRA NASCIMENTO
Dra. MARIA CHRISTINA TIBIRIÇÁ BAHBOUT
Dr. DILSON SUPPLY FUNARO
Dr. DARIO RAIS LOPES
Dr. JOSÉ AMÉRICO ROQUE RUBIANO
Dr. GERSON EDSON FERREIRA FILHO
Dr. FERNANDO CARVALHO BRAGA
Dra. MIRNA AYRES ISSA GONÇALVES

Ata da Centésima Décima Quarta Reunião do Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização, instituído por força da Lei Estadual 9.361, de 5-7-96

Aos treze dias do mês de dezembro de um mil novecentos e noventa e nove, às nove horas e trinta minutos, no Salão dos Conselhos, no primeiro andar do Palácio dos Bandeirantes, foi realizada a centésima décima quarta reunião do Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização, instituído por força da Lei Estadual n.º 9.361, de 05.07.96, tendo como Presidente o Senhor Vice-Governador, Dr. GERALDO ALCKMIN FILHO, como Vice-Presidente o Secretário de Economia e Planejamento, Dr. ANDRÉ FRANCO MONTORO FILHO, e como membros presentes os Senhores, Dr. ANTONIO IGNÁCIO ANGARITA FERREIRA DA SILVA, Secretário do Governo e Gestão Estratégica, Dr. MAURO GUILHERME JARDIM ARCE, Secretário de Energia, Dr. YOSHIKI NAKANO, Secretário da Fazenda, Dr. MÁRCIO SOTELLO FELIPPE, Procurador Geral do Estado, Dr. RUY MARTINS ALTENFELDER SILVA, membro de livre escolha do Governador e como convidados, os Senhores, Dr. MICHAEL PAUL ZEITLIN, Secretário dos Transportes, Dr. GERSON EDSON FERREIRA FILHO, Coordenador da Unidade de Gestão Estratégica, Dr. FERNANDO CARVALHO BRAGA, Secretário Técnico e Executivo deste Conselho e Dra. MIRNA AYRES ISSA GONÇALVES, Assessora Técnica de Gabinete da Secretaria de Economia e Planejamento. Iniciando a reunião, o Senhor Presidente do Conselho coloca em discussão o requerimento dos funcionários da CESP de que seja postergada, por mais 13 dias, a data limite para a liquidação financeira das ações reservadas aos empregados e aposentados da CESP, dentro do processo de "Oferta aos Empregados" das ações ordinárias da Companhia de Geração de Energia Elétrica Tietê, objeto do Edital N.º SF/002/99. Após debate, o Conselho Diretor decide recomendar, para aprovação do Senhor Governador do Estado, que sejam prorrogados os seguintes eventos relacionados a "Oferta de ações aos Empregados": a) término do período de liquidação, para o dia 27/12/99; b) comunicação das sobras ao Novo Controlador, para o dia 29/12/99; e c) liquidação das sobras pelo Novo Controlador, para o dia 30/12/99. Nada mais havendo no momento a ser discutido, o Senhor Presidente do Conselho deu a presente reunião por encerrada, sendo lavrada esta ata que lida e achada conforme segue assinada pelos presentes.

Dr. GERALDO ALCKMIN FILHO
Dr. ANDRÉ FRANCO MONTORO FILHO
Dr. ANTONIO IGNÁCIO ANGARITA FERREIRA DA SILVA
Dr. MAURO GUILHERME JARDIM ARCE
Dr. YOSHIKI NAKANO
Dr. MÁRCIO SOTELLO FELIPPE
Dr. RUY MARTINS ALTENFELDER SILVA
Dr. MICHAEL PAUL ZEITLIN
Dr. GERSON EDSON FERREIRA FILHO
Dr. FERNANDO CARVALHO BRAGA
Dra. MIRNA AYRES ISSA GONÇALVES

Ata da Centésima Décima Quinta Reunião do Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização, instituído por força da Lei Estadual 9.361, de 5-7-96

Despacho do Governador, de 13-12-99
Aprovo as recomendações propostas pelo Conselho Diretor do PED em sua 114ª Reunião.
MÁRIO COVAS
Governador do Estado

Ata da Centésima Décima Quinta Reunião do Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização, instituído por força da Lei Estadual 9.361, de 5-7-96

Aos vinte e três dias do mês de dezembro de um mil novecentos e noventa e nove, às nove horas e trinta minutos, no Salão dos Conselhos, no primeiro andar do Palácio dos Bandeirantes, na presença do Senhor Governador do Estado, Dr. MÁRIO COVAS, foi realizada a centésima décima quinta reunião do Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização, instituído por força da Lei Estadual n.º 9.361, de 05.07.96, tendo como Presidente o Senhor Vice-Governador, Dr. GERALDO ALCKMIN FILHO, como Vice-Presidente o Secretário de Economia e Planejamento, Dr. ANDRÉ FRANCO MONTORO FILHO, e como membros presentes os Senhores, Dr. ANTONIO IGNÁCIO ANGARITA FERREIRA DA SILVA,

Secretário do Governo e Gestão Estratégica, Dr. MAURO GUILHERME JARDIM ARCE, Secretário de Energia, Dr. YOSHIKI NAKANO, Secretário dos Negócios da Fazenda, Dr. JOSÉ ANIBAL, Secretário da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, Dr. RUY MARTINS ALTENFELDER SILVA, membro de livre escolha do Governador e como convidados, os Senhores, Dr. MICHAEL PAUL ZEITLIN, Secretário dos Transportes, Dra. MÁRCIA JUNQUEIRA SALLOWICZ ZANOTTI, Procuradora Geral do Estado Adjunta, Dr. FERNANDO MAIDA DALL'ACQUA, Secretário Adjunto dos Negócios da Fazenda, Dr. GUILHERME AUGUSTO CIRNE DE TOLEDO, Presidente da CESP, Dr. ZEVI KANN, Comissário Geral da Comissão de Serviços Públicos de Energia - CSPE, Dra. MARIA CHRISTINA TIBIRIÇÁ BAHBOUT, Subprocuradora Geral da Área de Consultoria, Dr. MÁRIO ENGLER PINTO JUNIOR e Dra. SÍLVIA HELENA NOGUEIRA NASCIMENTO, Procuradores do Estado. Dr. SILVIO ALEIXO, Assessor da Secretaria de Energia, Dr. GERSON EDSON FERREIRA FILHO, Coordenador da Unidade de Gestão Estratégica, Dr. FERNANDO CARVALHO BRAGA, Secretário Técnico e Executivo deste Conselho e Dra. MIRNA AYRES ISSA GONÇALVES, Assessora Técnica de Gabinete da Secretaria de Economia e Planejamento, bem como o Coordenador e Técnicos que integram o Consórcio responsável pelo Serviço "B", contratado pela CESP e membros da Diretoria da DERSA - Desenvolvimento Rodoviário S.A. Iniciando a reunião, o Senhor Presidente do Conselho passa a palavra ao Senhor Secretário dos Transportes que, por sua vez, solicita aos técnicos da DERSA que procedam à exposição sobre a possibilidade de execução do Rodoanel nos prazos pretendidos pelo Governo. Após debate, foram autorizadas, pelo Conselho Diretor do PED, mudanças contábeis e elaboração de estudo visando a concessão do Rodoanel, segundo trabalho apresentado pela Diretoria da DERSA. Na sequência, o Senhor Presidente do Conselho solicita ao Senhor Comissário Geral da CSPE que apresente o resultado do estudo preliminar que encaminha as sugestões de diretrizes relativas ao processo de licitação da Área 3 (Sul) de distribuição de gás canalizado no Estado de São Paulo. Fundamentado nesse estudo, o Senhor Comissário Geral da CSPE delimita o perfil do mercado na região, propõe as bases para a realização de licitação e apresenta, além do cronograma tentativo, algumas metas iniciais e outras a serem agregadas no decorrer do processo. Observa, também, que a região compreende 93 municípios, possui cidades importantes e áreas industrializadas, onde predominam setores de alto consumo energético e mercado potencial para demanda de gás natural de cerca de 1 milhão de metros cúbicos por dia. Paralelamente é sugerida, pelo Senhor Vice-Presidente do Conselho Diretor do PED, a consulta a estudos, citados pelo Senhor Secretário dos Transportes, que realizam simulações sobre o comportamento dos investimentos industriais na região, na hipótese da implantação do Gasoduto Bolívia-Brasil e da execução de uma série de outros empreendimentos, como a duplicação da BR-116 e a construção de estradas vicinais. Dando prosseguimento à sua exposição, o Senhor Comissário Geral da CSPE anuncia, ainda, que os procedimentos de licitação para outorga de concessão da exploração dos serviços de distribuição de gás canalizado na Área 3 (Sul) do Estado de São Paulo deverão seguir o modelo adotado na concessão da Área 2 (Nordeste), que considera a melhor proposta financeira precedida de qualificação dos grupos participantes. Concluída a exposição e feitos os esclarecimentos, o Conselho Diretor autoriza a continuidade dos estudos para o estabelecimento das metas definitivas a serem cumpridas pelo Consórcio vencedor da licitação e decide recomendar, para aprovação do Senhor Governador do Estado: a) que a outorga da concessão para a exploração dos serviços de distribuição de gás canalizado na Área 3 (Sul) do Estado de São Paulo seja feita mediante licitação na modalidade de concorrência do tipo maior oferta precedida de pré-qualificação; b) que seja feita a convocação para a audiência pública no dia 04 de janeiro de 2000 e c) que sejam realizadas audiências públicas nos dias 2 e 3 de fevereiro de 2000, respectivamente nas cidades de São Paulo e Sorocaba. A seguir, o Senhor Presidente do Conselho passa a palavra aos representantes do Consórcio responsável pelo Serviço "B" para que desenvolvam as diferentes alternativas de modelagem de venda da CESP remanescente, tanto no caso de alienação da empresa em bloco, como no de sua cisão, esta a princípio justificada pelo tamanho elevado dos ativos de geração, que contemplam, além das usinas de Porto Primavera e Paraíba, o Complexo Urubupungá, (Ilha Solteira, Três Irmãos e Jupia), representando um total de 7.730 MW de potência final. No caso da segregação da empresa, três alternativas foram colocadas pelos técnicos do Serviço "B" para a deliberação dos Senhores Conselheiros: 1) cisão dos ativos de Porto Primavera; 2) criação de uma subsidiária integral com os ativos do Complexo Urubupungá; e 3) criação de uma subsidiária integral com os ativos de Porto Primavera. Ao longo da apresentação foram levantadas e discutidas, pelos presentes, as restrições de natureza técnica, operacional, econômico-financeira, contábil e legal que envolvem todas as alternativas, com destaque para o encaminhamento da questão do passivo financeiro. Após análise das vantagens e desvantagens das diferentes situações, os Senhores Conselheiros reconhecem que a modelagem de venda da CESP - Remanescente como um único bloco, em sua configuração atual, se apresenta como a alternativa mais adequada. Nada mais havendo no momento a ser discutido, o Senhor Presidente do Conselho deu a presente reunião por encerrada, sendo lavrada esta ata que lida e achada conforme segue assinada pelos presentes.

Dr. GERALDO ALCKMIN FILHO
Dr. ANDRÉ FRANCO MONTORO FILHO
Dr. ANTONIO IGNÁCIO ANGARITA FERREIRA DA SILVA
Dr. MAURO GUILHERME JARDIM ARCE
Dr. YOSHIKI NAKANO
Dr. JOSÉ ANIBAL
Dr. RUY MARTINS ALTENFELDER SILVA

Dr. MICHAEL PAUL ZEITLIN
Dra. MÁRCIA JUNQUEIRA SALLOWICZ ZANOTTI
Dr. FERNANDO MAIDA DALL'ACQUA
Dr. GUILHERME AUGUSTO CIRNE DE TOLEDO
Dr. ZEVI KANN
Dra. MARIA CHRISTINA TIBIRIÇÁ BAHBOUT
Dr. MÁRIO ENGLER PINTO JUNIOR
Dra. SÍLVIA HELENA NOGUEIRA NASCIMENTO
Dr. SILVIO ALEIXO
Dr. GERSON EDSON FERREIRA FILHO
Dr. FERNANDO CARVALHO BRAGA
Dra. MIRNA AYRES ISSA GONÇALVES
Ata da Centésima Décima Quinta Reunião do Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização, instituído por força da Lei Estadual 9.361, de 5-7-96

Despacho do Governador, de 23-12-99
Aprovo as recomendações propostas pelo Conselho Diretor do PED em sua 115ª Reunião.
MÁRIO COVAS
Governador do Estado

Ata da Centésima Décima Sexta Reunião do Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização, instituído por força da Lei Estadual 9.361, de 5-7-96

Aos dezoito dias do mês de janeiro de dois mil, às nove horas e trinta minutos, no Salão dos Conselhos, no primeiro andar do Palácio dos Bandeirantes, na presença do Senhor Governador do Estado, Dr. MÁRIO COVAS, foi realizada a centésima décima sexta reunião do Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização, instituído por força da Lei Estadual n.º 9.361, de 05.07.96, tendo como Presidente o Senhor Vice-Governador, Dr. GERALDO ALCKMIN FILHO, como Vice-Presidente o Secretário de Economia e Planejamento, Dr. ANDRÉ FRANCO MONTORO FILHO, e como membros presentes os Senhores, Dr. ANTONIO IGNÁCIO ANGARITA FERREIRA DA SILVA, Secretário do Governo e Gestão Estratégica, Dr. MAURO GUILHERME JARDIM ARCE, Secretário de Energia, Dr. JOSÉ ANIBAL, Secretário da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, Dr. RUY MARTINS ALTENFELDER SILVA, membro de livre escolha do Governador e como convidados, os Senhores, Dr. MICHAEL PAUL ZEITLIN, Secretário dos Transportes, Dr. FERNANDO MAIDA DALL'ACQUA, Secretário Adjunto dos Negócios da Fazenda, Dr. ZEVI KANN, Comissário Geral da Comissão de Serviços Públicos de Energia - CSPE, Dr. GERSON EDSON FERREIRA FILHO, Coordenador da Unidade de Gestão Estratégica, Dr. FERNANDO CARVALHO BRAGA, Secretário Técnico e Executivo deste Conselho e Dra. MIRNA AYRES ISSA GONÇALVES, Assessora Técnica de Gabinete da Secretaria de Economia e Planejamento. Procedendo à abertura da reunião, o Senhor Presidente do Conselho solicita ao Senhor Comissário Geral da CSPE, que faça sua exposição acerca do andamento dos trabalhos relativos ao processo de licitação para outorga de concessão da exploração dos serviços de distribuição de gás canalizado da Área 3 (Sul) do Estado de São Paulo. O Senhor Comissário Geral da CSPE explica que foram realizados estudos técnicos a partir de consulta a aproximadamente 300 estabelecimentos industriais obtidos do cadastro da FIESP, com a finalidade de levantar informações sobre as expectativas das empresas quanto a possibilidade futura de substituição do óleo combustível e expansão do mercado de gás natural. Acrescenta que os resultados obtidos com a amostragem, ao serem expandidos para o universo dos estabelecimentos industriais da região, corresponderam ao consumo diário de 1.000.000 m3 de gás e demanda potencial firme de 2.000.000 m3. Ressalta, também, que no levantamento desses dados não foram consideradas as participações da indústria de cimento e das usinas de álcool, bem como a possível atração de outras indústrias para a região, como consequência da operação das redes de distribuição de gás natural canalizado. Feita a exposição e após debate, o Senhor Presidente do Conselho sugere, para a próxima reunião do Conselho Diretor do PED, que as discussões se concentrem em torno das metas mínimas de investimento em extensão da rede, prazos de execução, bem como de determinadas obrigações ou encargos da concessionária, a serem estabelecidas no Edital de Licitação e no Contrato de Concessão, de modo a garantir o desenvolvimento do mercado da Área 3 (Sul). Dessa forma, o Senhor Presidente do Conselho solicita, ao Senhor Comissário Geral da CSPE, que elabore material a respeito do assunto, a fim de fundamentar o debate. Outro ponto discutido pelos Senhores Conselheiros considera que, aos impactos positivos da implementação do serviço de distribuição de gás natural no desenvolvimento da região, devem somar-se o das iniciativas governamentais destinadas a promover o equilíbrio econômico e social do Estado que, através de políticas de incentivo e fomento, beneficiarão, em especial, as áreas menos desenvolvidas de São Paulo. Nada mais havendo no momento a ser discutido, o Senhor Presidente do Conselho deu a presente reunião por encerrada, sendo lavrada esta ata que lida e achada conforme segue assinada pelos presentes.

Dr. GERALDO ALCKMIN FILHO
Dr. ANDRÉ FRANCO MONTORO FILHO
Dr. ANTONIO IGNÁCIO ANGARITA FERREIRA DA SILVA
Dr. MAURO GUILHERME JARDIM ARCE
Dr. JOSÉ ANIBAL
Dr. RUY MARTINS ALTENFELDER SILVA
Dr. MICHAEL PAUL ZEITLIN
Dr. FERNANDO MAIDA DALL'ACQUA
Dr. ZEVI KANN
Dr. GERSON EDSON FERREIRA FILHO
Dr. FERNANDO CARVALHO BRAGA
Dra. MIRNA AYRES ISSA GONÇALVES